



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII: DO DISCURSO À
PRÁTICA**

ELIANE TAVARES DIAS

CURRAIS NOVOS-RN
2016

ELIANE TAVARES DIAS

**INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII R/N: DO
DISCURSO À PRÁTICA**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia à Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Ms. Ana Íris Fernandes Camelo.

**CURRAIS NOVOS-RN
2016**

**INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII R/N: DO
DISCURSO À PRÁTICA**

Por

ELIANE TAVARES DIAS

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Ana Íris Fernandes Camelo (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^o Dr. Bruno de Oliveira Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^a Ms. Maria Socorro de Lucena
Secretaria Municipal de Educação de Natal

RESUMO

O presente estudo se propôs conhecer de que forma ocorre a inclusão de alunos surdos no ensino regular. A metodologia selecionada para investigação contempla a pesquisa exploratória e qualitativa. Para o alcance dos dados foi realizada uma pesquisa, com aplicação de entrevista direcionada aos professores partícipes da investigação. As informações foram analisadas de forma qualitativa sobre a temática abordada. Os resultados demonstram que o processo educacional do aluno surdo na escola investigada, ocorre com base no conceito de integração e, portanto, a inclusão desses alunos, ainda é um desafio. Os resultados tem o intuito de contribuir para uma reflexão sobre o assunto em questão

Palavras-chave: Inclusão, deficiente auditivo, língua de sinais.

ABSTRACT

This study aimed to know how is the inclusion of deaf students in mainstream education. The methodology selected for investigation includes exploratory and qualitative research. To reach . data a survey was conducted with interview application directed to teachers partaker of research . The data were analyzed qualitatively on the theme. The results show that the educational process of the deaf student in the school investigated , is based on the concept of integration and , therefore , the inclusion of these students is still a desafio.Os results is intended to contribute to a reflection on the subject in question

Keywords: Inclusion, hearing impaired, sign language.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos um processo amplo de questionamentos, debates e busca de respostas com relação à inclusão da pessoa com deficiência. Porém, muitas vezes imaginamos uma coisa e, na prática, temos outra. Partindo desse pressuposto, temos como objetivo buscar conhecer como ocorre o processo inclusivo do aluno surdo na escola João XXIII, tendo em vista o discurso e a prática dos professores.

O trabalho apresenta a história da pessoa com deficiência ao longo do tempo, desde o contexto mais segregativo até a busca pela inclusão, que ocorre atualmente. Para isso, o desafio maior ainda é a inserção desses alunos em sala de aula regular, embora a escola não esteja preparada para esse novo modelo da educação. Por essa razão devemos repensar as metodologias aplicadas, além de nossa postura. Trabalhar com alunos inclusos é sem dúvida algo que merece atenção na prática, mas sabemos que tem que se fazer acontecer. E para isso o sucesso ou insucesso dependerá também de como trabalhar esses conteúdos. Pois o fator emocional é importante, mas o que de fato se prioriza é a aprendizagem deles.

Dessa forma, a aprendizagem mútua depende de um esforço coletivo, no qual ambos vão construindo e buscando mecanismos de superação dos obstáculos encontrados. Assim, o professor tem o papel de ser o mediador dessa aprendizagem. Para isso, é preciso que o docente em seu cotidiano participe de formações continuadas, nas quais vai ampliando seu conceito de mundo.

Neste trabalho também são abordadas as concepções gerais sobre o aluno surdo, a importância da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, bem como a presença do intérprete na vida estudantil desses aprendizes.

2 BREVE HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência, ao longo da história, tiveram tratamentos diversos, os quais perpassam concepções que vão da exclusão à inclusão, representando, pois, como a sociedade ao longo do tempo enxergou essas pessoas.

Nessa perspectiva histórica, na Antiguidade, as atitudes sociais perante as pessoas que apresentavam alguma deficiência se configurou em abandono e extermínio. Tal ação era justificada na Grécia Antiga, principalmente em Esparta, pois

havia o ideal do corpo belo e forte, valorizado na guerra e aquele que não correspondesse ao modelo preconizado, era posto à margem da sociedade ou eliminado, desta forma:

[...] na Antiga Grécia, na cidade-estado de Esparta, as crianças malformadas ou com deficiências físicas eram abandonadas ou simplesmente mortas, e deste modo a sociedade não admitia a sua existência, por razões de natureza pragmática e religiosa (FERNANDES, 2002, p.15).

Na Idade Média, com o respaldo da igreja, prevaleceu o pensamento mítico e religioso com relação às pessoas com deficiência. Neste período, são vistas de forma paradoxal, como merecedoras de caridade e castigo, em que se tinha atendimento caritativo e prática de segregação em instituições. A esse respeito Mazzota expõe que:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como 'imagem de Deus', ser perfeito, inculcavam a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo 'parecidos com Deus', os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana. (MAZZOTTA, 2005, p.16)

Outro fato pertinente a esse período são as pessoas com deficiência servirem de "bobos da corte" ou exibidos em circos e praças públicas. Assim, esses indivíduos eram indesejáveis e considerados incapazes de conviverem em sociedade e por essa razão eram colocados em abrigos, asilos e igrejas, período ainda de exclusão, no qual não lhes era oferecido nenhum tipo de proposta educacional.

No período Moderno, principalmente com o Renascimento nas áreas das Artes, da Música e das Ciências, desponta uma fase mais esclarecida da sociedade. Então com os avanços na medicina, direitos universais foram constituídos a partir de uma visão humanista. Assim, novos conceitos sobre o tema são apresentados, há uma preponderância do modelo médico - diagnóstico, prognóstico e tratamento - sobre a concepção de deficiência anteriormente defendida, que ao invés de punir o indivíduo reconhece a necessidade de tratá-lo. Por fim, de acordo com Gurgel, entendia-se que as pessoas que apresentavam deficiência, precisavam de atenção especializada e

não apenas da assistência. É nesse período que se inicia a constituição de organizações para estudar os problemas de cada deficiência. (GURGEL, 2010).

A partir do século XVI surge uma esperança de renovação para os deficientes auditivos. Aqui começou a se ter as primeiras notícias e experiências com essa clientela.

Silva apresenta algumas considerações sobre o início da educação da pessoa surda, pelo Monge Pedro Ponce de Leon, primeira pessoa a se preocupar com o ensino dos surdos:

[...] acreditando que os surdos fossem capazes de aprender, o Monge passou a ensinar crianças surdas, filhos da nobreza, a falar. Desenvolveu uma metodologia que incluía o alfabeto, a escrita e a oralização. Após comprovar que seus estudos e sua metodologia eram eficazes na educação de pessoas surdas, fundou uma escola para surdos. Ressaltamos, porém que nessa época, apenas os filhos de nobres e influentes contratavam os serviços de um professor para ensinar seus filhos surdos, especialmente, para que eles não ficassem privados da fala e tivessem o direito de herdar os bens da família. (SILVA, 2011, p. 15)

Na citação acima, é identificada o início da educação do surdo, embora ainda com discriminação, pois a prioridade do ensino estava voltada para os filhos dos nobres. Essa metodologia mostrou a capacidade de aprendizagem da pessoa surda, contrariando os juízos de valor da sociedade, que prevaleciam quanto a incapacidades dessas pessoas.

O médico britânico, John Bulwer, defendeu o método da linguagem gestual como essencial na educação da pessoa surda.

A preocupação em oferecer, no Brasil, atendimento as pessoas com deficiência iniciaram-se no século XIX, surgindo o interesse na criação de instituições educacionais direcionadas a essas pessoas.

De acordo com os documentos oficiais do MEC:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MEC/SEEP 2007, p.2)

Considerando o exposto, os fatos históricos evidenciam para a sociedade atual a história das pessoas com deficiência e, em particular com relação à pessoa surda, sua trajetória até o período atual.

2.1 DA INTEGRAÇÃO À INCLUSÃO EDUCACIONAL

A conjuntura atual com relação à inclusão deve ser compreendida como avanço histórico e importante. No entanto, hoje se fala e se propõe uma escola inclusiva, devido também aos processos que o antecederam em relação à pessoa com deficiência. Não se pode deixar de perceber a importância da escola especial, em se considerar o contexto segregativo vivenciado por esses indivíduos. Portanto, não se pode falar em inclusão, sem falar sobre integração. Assim, Edler Carvalho afirma que

Defender a educação inclusiva não se traduz como uma “acusação” aos movimentos pela integração. O processo é histórico sendo que as diferenças existentes na melhoria das respostas educativas das escolas. Em vez de ser o aluno que se adapta às exigências dos sistemas, estes é que devem se aperfeiçoar para satisfazer as necessidades de aprendizagem de qualquer aluno [...]. (EDLER CARVALHO, 2004, p.141)

Ainda de acordo com a autora:

O conceito de integração contém as desejáveis práticas de participação, de interações que desejamos ver concretizadas nas escolas inclusivas. Estou convencida, portanto, que precisamos trabalhar pela remoção de barreira para a aprendizagem e para a participação de todos. Desejamos escolas cujas salas de aula - nas quais a inclusão com integração vai se efetivar – sejam espaços de aprendizagem significativa para todos e com todos. (ibidem)

A inclusão escolar é a educação para todos, que trabalha para reverter o percurso histórico da exclusão. Portanto, de acordo com Sasaki:

A inclusão parte do princípio que a escola e a sociedade em geral é que devem ser transformadas para adaptar-se às necessidades de

todos e de cada um, enquanto que a integração pressupõe a adaptação do aluno à escola ou do sujeito à sociedade na qual está inserido. (SASSAKI, 2003)

Para que aconteça de fato a inclusão no âmbito educacional é necessário que esta vá além de permitir a permanência do aprendiz em sala de aula. Não é apenas colocar juntos, em uma sala os alunos ditos com “deficiência” e os alunos “ditos normais”. Mas sim, uma construção da aprendizagem de todos os alunos, sendo um processo contínuo de descobertas e aprendizagem.

A construção de uma escola inclusiva é algo que vem sendo debatido continuamente. Vieira relata que:

Uma escola inclusiva é entendida, primordialmente, pelo compromisso com o direito inalienável que todas as pessoas têm à educação, à igualdade de oportunidades e à efetiva participação em todas as esferas da vida escolar. Quando a aprendizagem, o desenvolvimento e o bem-estar de todos os alunos são valorizados a escola caminha numa perspectiva inclusiva; portanto, não há discriminação e a diversidade humana é valorizada. Na escola inclusiva, as pessoas são consideradas na sua singularidade e apoiadas em suas necessidades. (VIEIRA, 2011, p. 25).

Por fim, Blanco apreende que o “conceito de escola inclusiva está ligado à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa, de modo que haja lugar para todas as diferenças individuais, inclusive para aquelas associadas a alguma deficiência.” (BLANCO, 1998).

Pode-se observar, nessa perspectiva, que não é algo longe de ser concretizado, no entanto, é necessário contemplar em nossas atitudes os valores,

2.1.1. A inclusão do aluno surdo no ensino regular

Na busca de compreender a realidade em que as pessoas surdas estão inseridas na sociedade atual, ainda são percebidos obstáculos que não foram superados Na visão de Mendes, “a principal questão que norteia a inclusão escolar não é decidir onde os alunos com necessidades educacionais especiais deverão ser escolarizados, mas sim, como melhorar a educação para todos os alunos indistintamente”. (2008, p. 22)

Para isso, a escola deve dar a oportunidade de um atendimento na escola regular, proporcionando os mesmos a se fazerem parte sem restrição, pautada pela flexibilidade curricular e as mais diversas metodologias, fazendo tornar-se atrativo e significativo para todos, pois, independente de sua deficiência, elas são pessoas que estão abertas a aprender.

É dentro dessa perspectiva que surge da educação como compromisso dos educadores, desafiando suas práticas pedagógicas no contexto desse processo. Isto supõe a prevenção de situações educativas diversas para assegurar a participação de todos, numa exigência de diversificação e de adaptação educativas compatíveis com os níveis de diversidade e diferenciações dos sujeitos, através de um processo educativo cuja característica fundamental seja a adequação ao perfil diverso e singular de cada um. (2008, p. 198)

Para que isso possa ocorrer, os profissionais da educação deve ter esse olhar diferenciado, pois as formações e capacitações estão acontecendo, basta acreditar, respeitar e fazer valer a aprendizagem.

2.1.2 Língua brasileira de sinais: inclusão e formação de professores

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – é a língua oficial da pessoa surda no Brasil. Desta forma, as linguagens de sinais não são universais, visto que elas possuem estrutura própria de acordo com cada país e, portanto, contempla a sua cultura. Esta linguagem considera ainda as estruturas sintáticas, semânticas, morfológicas e, no entanto, se utiliza de imagens para se expressar.

O Ministério de Educação instituiu o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002: e a Lei nº 12.319, visando ao acesso à escola dos alunos surdos:

Dispõe sobre a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular. (BRASIL/MEC, 2010, p. 15)

A partir dessa configuração, a Linguagem Brasileira de Sinais é instituída, como segunda língua oficial do Brasil e a primeira língua para a pessoa surda, seguida da língua portuguesa.

A legislação retrata sobre a importância da LIBRAS para o processo de inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino e também da formação que regulamenta a profissão do Tradutor e Interpretador da Língua Brasileira de Sinais.

Dentre as exigências para atuar como Tradutor e Interpretador da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – a União, diretamente ou por intermédio de instituições credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de LIBRAS e Língua Portuguesa. (BRASIL/MEC, 2010).

No que diz respeito à formação acadêmica da função do Tradutor e Interpretador de Libras, já promulgado na Lei 12.319, no artigo 4º, relata que a formação profissional do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I – cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- II – cursos de extensão universitária; e
- III – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Em seu parágrafo único, dispõe que a formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

O exposto configura a atual proposta educacional voltada para os alunos surdos matriculados na rede regular de ensino para auxiliar o aluno surdo no acesso ao currículo e as atividades propostas pelo professor.

Portanto, se compreende que a educação da pessoa surda, passa pelo conceito de ensino bilíngue, ou seja, aprender duas línguas, a língua de sinais brasileira e a segunda, a língua portuguesa.

De acordo com Carvalho, ao se pensar em uma educação para todos, a comunidade escolar estaria voltada para a proposta, inclusive com a oferta do curso da linguagem brasileira de sinais, ofertada aos professores e alunos que convivem com alunos com deficiência auditiva, promoveria, não apenas a formação continuada do corpo docente, mas aprimoraria as relações interpessoais de todos os alunos, bem como, da apropriação do currículo pelo aluno surdo. (CARVALHO, 2004)

Podemos afirmar que estamos em um caminho pela inclusão, como propõe Carvalho. Assim, logo descobrimos o quão árdua é essa luta, que nada vem dado, que não basta a estrutura, apesar de elas serem fundamentais. É preciso movimentar vontades, desejos, ações e convicções para um tratamento mais humano, visto que os alunos são diferentes entre si, mas todos têm direito a tratamentos equitativos.

De acordo com Quadros, ao considerar esses aspectos, de tantos outros que envolvem a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em um ambiente educacional inclusivo, e em específico as pessoas surdas, é perceptível que essa educação ainda seja praticada nos moldes concebidos pela integração, uma vez que:

A educação no país ainda reflete os princípios da política de integração traduzidos como alocação de surdos na rede regular que ensina na língua portuguesa e não em língua de sinais com professores bilíngues e professores de surdos. Essa é uma questão séria do ponto de vista do ensino-aprendizagem e, sem sombra de dúvida, da inclusão. (QUADROS, p 334)

De acordo com o exposto ao conceber que a atual educação desenvolvida para os alunos surdos, com proposta inclusiva, na prática, ainda desenvolvem a integração, uma vez que, as ações pedagógicas estão voltadas para a adaptação do aluno ao ambiente regular, e assim, apenas inserido fisicamente, contrariando o modelo de escola inclusiva.

Faz-se necessário, portanto, a formação de profissionais capacitados, tradutores e intérpretes de LIBRAS.

Carmo avalia que “[...] a lei, não resolve e nem tem a capacidade de mudar as relações sociais, mas contribui sobremaneira nos embates jurídicos e na luta pela democracia e estado de direito.” (CARMO, 2001, p. 44)

Parafraseando o autor, a lei não muda sentimentos de ninguém, no entanto, é de suma importância para a obtenção de direitos, historicamente negados.

3 A PESQUISA

A pesquisa trabalhou com a abordagem qualitativa, que permitiu compreender a realidade vivenciada pelos sujeitos. A abordagem qualitativa para Minayo compreende que:

A experiência humana é o reconhecimento de que as realidades humanas são complexas; o contato com as pessoas se realiza nos seus próprios contextos sociais; a relação entre o investigador e os sujeitos da avaliação enfatiza relações face a face e a empatia entre ambos. (MINAYO, 2005, p. 90).

A opção por esta metodologia foi reforçada pelas afirmações de Baptista, pois segundo a autora:

A realidade é uma construção social da qual o investigador participa. Os fenômenos são compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e holística - componentes de uma dada situação estão inter-relacionados e influenciados reciprocamente, e se procura compreender essas inter-relações em um determinado contexto. O pesquisador e o pesquisado estão em interação em um processo multidirecionado no qual há ampla interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Os valores estão presentes no processo de investigação. (BAPTISTA, 1999, p. 35 e 36)

A investigação de campo foi realizada na Escola Municipal João XXII, em Lagoa Nova/RN, visto que existem alunos surdos e ouvintes e, para obter os dados necessários, optou-se pela entrevista semiestruturada direcionada a três professores da escola, os quais atuam diretamente com os alunos surdos.

Para a interpretação de dados, advindos dos depoimentos dos sujeitos, estes foram agrupados a partir de categorias de análise e o conteúdo, analisado qualitativamente.

3.1 ANÁLISE E DISCUSSÕES

3.1.2 Entrevista com os professores

Pergunta 1

Como você percebe a inclusão do aluno surdo na escola regular?

Professora 01: “A inclusão do aluno surdo na escola regular é obrigatória. A escola não pode recusar, mas não estão preparadas para recebê-las. Os professores têm que se virar e alguns não dão importância aos mesmos, ou não sabem como trabalhar e acabam deixando de lado”.

Professora 02: “Complicado, pois falta apoio, não há intérpretes e os alunos chegam sem nem sequer serem alfabetizados em pelo menos uma das línguas”.

Professora 03: “Muito falha, pois não há intérpretes nas escolas, nem os professores, alunos e família sabem se comunicar em LIBRAS, isso no qual dificulta ainda mais a aprendizagem deles”.

Acerca desta questão, percebeu-se que as professoras opinam sobre o tema em questão, mas demonstram insegurança e inquietude. As respostas deles foram unânimes no que se refere à falta de apoio.

É fundamental entender que todos os envolvidos no processo de aprendizagem, precisam buscar formação continuada, que permita o apoio e o diálogo entre o professor e aluno, utilizando a língua de sinais – LIBRAS, de acordo com o que preceitua o MEC:

A aquisição da LIBRAS desde a mais tenra idade possibilita às crianças surdas maior rapidez e naturalidade na expressão de seus sentimentos, desejos e necessidades. Possibilita a estruturação do pensamento e da cognição e ainda uma interação social, ativando a estruturação do pensamento e da cognição e ainda uma interação social, ativando conseqüentemente o desenvolvimento da linguagem. (MEC/SEESP, 2003, p.26)

A partir do que foi mencionado, pode-se perceber a importância da LIBRAS, para o aluno surdo e o professor, para o processo de ensino e aprendizagem.

Pergunta 2

Em sua opinião, é importante o tradutor/intérprete na sala de aula?

Professora 01: “Com certeza, a LIBRAS é a forma de comunicação dos surdos e por isso é de fundamental importância que a escola busque o melhor para seus

discentes”.

Professora 02: “fundamental, o ensino ao menos do básico em LIBRAS, tanto para professores quanto para os alunos”.

Professora 03: “Sim, claro. Será a língua mais importante para eles, mas é preciso que haja formação”.

Os entrevistados colocam em sua falas a importância da presença do intérprete em sala de aula, visto que este será uma ponte entre o professor e o aluno no processo de ensino e aprendizagem, bem como, que toda a escola (professores, alunos ouvintes, gestão coordenação, porteiro e demais integrantes da escola) também integrasse uma formação para a compreensão da língua brasileira de sinais.

Martins destaca a importância da capacitação dos profissionais em educação:

Há necessidade de uma efetiva capacitação desses profissionais, que proporcione uma nova maneira de perceber e atuar com a diferença, com a diversidade dos alunos no ambiente escolar. Capacitação essa que os faça conscientes não apenas das características e potencialidades dos seus alunos, mas de suas próprias condições para ensinar em um ambiente inclusivo, de refletir constantemente sobre a sua prática e de buscar caminhos a fim de modifica-los, quando necessário. (2009, p. 79 e 80)

Assim, quando os profissionais em educação buscam essas capacitações, tornam-se mais seguros e confiantes. Refletem sua postura em sala de aula e proporcionam encantamento com a aprendizagem de todos os envolvidos, pois o que ocorre é uma troca de saberes, ou seja, o professor ao ensinar acaba aprendendo com o aluno.

Pergunta 3

Quais metodologias você desenvolve na prática com o aluno surdo na sala de aula?

Professora 01: “como não tenho formação na área, busco a linguagem do cotidiano, desenhos que possam traduzir o que quero dizer, como também procuro ajuda das colegas que tem a formação em língua brasileira de sinais – LIBRAS”.

Professora 02: “infelizmente poucas coisas consigo fazer, procuro ao menos adaptar o mínimo de atividades, usar imagens e fazer a datilologia”.

Professora 03: “Busco usar o aplicativo adequado a surdos e pesquisa de metodologias na internet”.

Diante da fala dos entrevistados observa-se que as escolas precisam fazer muito ainda. Incluir não é apenas trazer para a sala de aula, é acima de tudo proporcionar meios ou mecanismos de aprendizagem. Não existe uma receita pronta que venha beneficiar o aluno, porém hoje com os avanços tecnológicos existem as formações continuadas, um acervo de livros e jogos educativos e a internet.

É preciso aqui levar em consideração que o professor também está se adaptando a essa nova experiência. A inclusão hoje não é apenas do aluno com deficiência, mas sim, de todos que estão envolvidos no processo de educação.

Pergunta 4

Quais as dificuldades na prática docente, com o aluno surdo que você identifica?

Professora 01: “muitas vezes não sabe como dizer algo para eles. O domínio em LIBRAS na área de matemática que é um pouco complicado”.

Professora 02: “não conseguir me comunicar com eles e adaptar as aulas de língua, o que me angustia bastante”.

Professora 03: “falta de formação em LIBRAS por questão de tempo e a falta de um intérprete em sala de aula”.

É ressaltada a importância da formação LIBRAS, para o entendimento do currículo pelo aluno e mediação do professor nesse processo, bem como, do tradutor/intérprete nas salas de aula com o aluno surdo. Silva resalta ainda, sobre a profissão de intérprete que este “é um profissional que domina a língua de sinais e a língua oral do país, e que recebe uma qualificação para desempenhar a função de intérprete.” (2011, p. 35)

Todavia, importante salientar, que ocorre muitas vezes do aluno surdo ainda não ter se apropriado da língua de sinais, mas sim, de gestos que aprendeu com a família. Portanto, a importância da aplicabilidade da legislação quanto à linguagem de sinais se constituir como língua materna para o surdo e assim, a alfabetização das crianças surdas sejam mediadas por essa língua, facilitando, pois o seu processo de

aprendizagem nos anos seguintes.

Pergunta 5:

Você acredita que na prática o aluno surdo consegue aprender as competências e habilidades do currículo escolar?

Professora 01: “sinceramente não, enquanto a escola, família, sociedade e próprio aluno não buscar seus direitos, torna-se difícil”.

Professora 02: “pode ser que a gente não tenha feito o suficiente, mas tentamos. Acrescento que para acontecer a aprendizagem é necessário que os poderes públicos também agarrem essa causa”.

Professora 03: “pode dar certo, desde que todas as pessoas envolvidas no processo educativo acreditem e coloquem em prática o ensinamento”.

O tema educação inclusiva, traz consigo indagações que muitas vezes as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem não reconhecem a resposta. A inclusão necessita de preparação, aceitação, empenho, metodologias adaptadas e claro, tem que acreditar que dará certo.

Por isso, acredita-se da necessidade de cursos de formação continuada, metodologias diversas e sensibilização. Só assim, o docente terá mais segurança para desenvolver seu trabalho de mediador dessa aprendizagem. Deste modo, Oliveira afirma que:

A educação inclusiva tem como referência o princípio da escola para todos e o respeito à diversidade cultural e diferenças individuais, exigindo tanto mudanças nas práticas pedagógicas no ambiente escolar como na formação de professores. (OLIVEIRA, 2009, p. 67)

Faz-se necessário que todos da comunidade escolar busquem fazer o seu papel, além de criar novos mecanismos que venham a subsidiar e incentivar cada aluno. No momento em que o aluno consegue interagir e aprender, as famílias, escola e aluno sentirão satisfação e apoio.

Analisando a fala dos professores percebemos de certa forma que eles também estão preocupados com essas inovações na educação atual, ou seja, é preciso

interagir junto a seu aluno e descobrir que tipo de metodologia deve ser usada para contemplar a todos, independentemente de suas limitações.

Hoje, apesar das formações que ocorrem no ambiente escolar, na prática existem ainda, educadores inseguros do seu papel diante da inclusão de alunos surdos.

Incluir, no sentido dos dispositivos legais e do exposto pelos estudiosos – alguns deles, com seus pensamentos representados nesse estudo – dependerá do esforço coletivo, de ações de todos que compõe a escola, do porteiro ao gestor escolar.

A importância do tradutor/intérprete de LIBRAS diariamente em sala de aula foi reportado como importante. Uma das dificuldades identificadas a respeito dos alunos surdos é o fato destes não serem alfabetizados em LIBRAS, ainda. O professor, mesmo diante dos desafios, buscar suprir e, no entanto, não consegue manter um diálogo e muito menos, mediar o processo de aprendizagem para que o aluno tenha acesso ao currículo comum, uma vez que não consegue se comunicar, por meio da língua natural do surdo.

A família tem um papel preponderante nesse processo, ao buscar que o direito dos seus filhos sejam reconhecidos.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva de alunos surdos na escola investigada, não ocorre da forma que é proposta pelo sistema de ensino. Embora se saiba dos avanços e das conquistas nesses últimos anos, porém as dificuldades atuais precisam ser superadas em busca de uma escola inclusiva.

Desta forma, de acordo com as falas dos sujeitos parte da pesquisa, a trajetória do real para o ideal, ainda é longa. Porém, cada um, de acordo com suas possibilidades poderá participar desse processo. Conquistas e avanços dependem, também, de experiência e do tempo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva necessita de profissionais dispostos a enfrentar desafios diários, pois a demanda pela sensibilização dos envolvidos é muito maior. É necessário ter a formação adequada, mas acima de tudo estar disponível para a diversidade dos alunos.

Importante a ser pensado é a aplicabilidade das leis, pois não adianta uma legislação tão abrangente, se não for aplicada diante da realidade. Sabe-se que, no Brasil, a precariedade do ensino público fica mais evidente e preocupante a cada ano. Entretanto, como pensar na educação inclusiva diante dessa realidade?

Para isso, é preciso ressaltar que o docente também sente a necessidade de estímulos e incentivo, pois não deixa de ser um desafio trabalhar com o aluno que apresenta deficiência auditiva.

Portanto, despertar no outro a sensibilização, já é o ponto inicial para a inclusão nas salas de aula regular. Pois a dificuldade em lidar com a diferença é histórica. A dissolução dos preconceitos inerentes ao cotidiano da educação como um todo deve ter como base de sustentação a troca de informações, o contato diário, as descobertas.

Percebendo a importância do profissional tradutor/intérprete para formação de alunos ouvintes e em específico dos alunos surdos, é indagado o motivo desse profissional não fazer parte efetivamente desse processo, conforme orientado pelos estudiosos da área e pelos dispositivos legais.

Outro ponto importante que merece atenção, diz respeito à implantação de escolas bilíngues que, como analisado, pode ser uma alternativa importante e viável para o processo de aprendizagem dos alunos surdos. O que falta para ser posto em prática?

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, D.M.R.G. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MATINELLI, L.M (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio** São Paulo: Vozes, 1999.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução por: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Batista, Portugal: Porto editora, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensaio pedagógico**: programa educação inclusiva direito à diversidade. Brasília: MEC/SEE, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização surdez. 2 ed. ver. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **A educação de surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

GURGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007. Disponível em: http://www.ampid.org.br/artigos/pd_historia.php. Acesso em: 12 de maio de 2016.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **Desenvolvimento de políticas públicas e inclusão escolar**. Natal: EDUFRN, 2011.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, José; Pires, Gláucia Nascimento da Luz. **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal: EDUFRN, 2008.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; SILVA, Luiza Guacira dos Santos. (Org). **Múltiplos olhares sobre a inclusão**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2009.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUNES, Débora Regina de Paula; BRAUN, Patrícia; Souza, Vera Lúcia Vieira de. **Educação Inclusiva**. Natal: EDUFRN, 2013.

RONICE, Muller. Inclusão de surdos: pela peça que encaixa nesse quebra-cabeça. In: **Ensaio pedagógico**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2007.

SANTOS, Francisca E. L. dos. **Avaliação da política de emprego para pessoa com deficiência no município de Maracanaú**-. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará CE Fortaleza: 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma Sociedade para Todos**. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da. **Inclusão escolar de alunos com surdez**. Natal: EDUFRN, 2011.